



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR INÁCIO MAGALHÃES
FILHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Processo: 5324/2018-e

**ANTÔNIO RAIMUNDO SANTOS RIBEIRO COIMBRA E HERMES
RICARDO MATIAS DE PAULA**, devidamente qualificados nos autos do processo, em
epígrafe, vem, por seus advogados, apresentar suas

RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

em face das supostas falhas indicadas na Matriz de Responsabilização (peça 298), Informação
nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG (peça 299) e Decisão nº 5296/2022 (peça 305), pelas razões de
fato e direito adiante delineadas:

:

DA SÍNTESE

Cuida-se de Tomada de Contas instaurada em razão do desabamento do viaduto situado sobre a DF 002, Galeria dos Estados, Eixo Rodoviário Sul, Setor Comercial Sul, ocorrido em 06/02/2018 tendo sua gênese em formulação apresentada pela Ex-Deputada Distrital Celina Leão (peça 1) e representação do Ministério Público de Contas do DF (peça 20).

Os peticionantes foram trazidos ao rol de responsáveis, por meio da Informação nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG (peça 299), em 21 de julho de 2022, que utilizou, como base à responsabilização, informações dos presentes autos, bem como, dados do Inquérito Policial (peça 296).

Quanto ao Peticionante, Sr. Antônio Raimundo dos Santos Coimbra, a matriz de responsabilização imputou a seguinte conduta e nexo de causalidade:

Conduta: Deixar de coordenar, no período de 15.06.2016 a 06.02.2018, as ações realizadas no âmbito do Convênio nº138/2011 (em que a Secretaria foi interveniente na condição de órgão responsável pelo planejamento, coordenação e execução do plano de obras no âmbito do Distrito Federal) para reforma do viaduto sobre a Galeria dos Estados, em especial no tocante aos procedimentos licitatórios e demais tratativas para a execução das obras correspondentes; bem como deixar de exercer a supervisão da entidade vinculada, Novacap, atuando decisivamente para que a reforma não ocorresse a tempo de impedir o colapso do viaduto, **o que configura omissão culposa por negligência no desempenho das competências legais atribuídas ao Secretário de Estado de Obras**, consoante art.24, incisos I, IX e XII do Regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 23.719/2003.(Grifo nosso)

Nexo de causalidade: Caso o gestor tivesse sido diligente **na coordenação da reforma do viaduto sobre a Galeria dos Estados**, no âmbito do Convênio nº138/2011 - tanto na fase de elaboração dos projetos quanto na fase de licitação para execução das obras -, teria possibilitado identificar e transpor eventuais obstáculos no curso dos procedimentos, de modo que a restauração do viaduto ocorresse em momento adequado, evitando o colapso.

Quanto ao Peticionante, Sr. Hermes Matias Ricardo de Paula, a matriz de responsabilização (peça 298) imputou a seguinte conduta e nexo de causalidade:

Conduta: Deixar de exercer, no período de **07.01.2015 a 04.05.2016**, a supervisão das atividades a cargo da Diretoria de Obras Especiais e, depois, da Diretoria de Edificações, **concorrendo para a morosidade dos procedimentos licitatórios iniciados no Processo GDF nº 112-002.415/2014** para execução da obra de recuperação do viaduto da Galeria dos Estados e, por consequência, atuando decisivamente para que as obras não ocorressem a tempo de impedir o colapso do viaduto, **o que configura omissão culposa por negligência no desempenho das competências legais atribuídas ao Diretor-Presidente da Novacap**, consoante art. 27 do Estatuto Social da Novacap (2013) e art. 119 do Regimento Interno da Novacap (2012). (Grifo nosso)

Nexo de Causalidade: Caso o gestor tivesse sido diligente, coordenando e supervisionando com eficácia as unidades subordinadas, **teria percebido a mora da empresa na condução do processo licitatório para execução das obras no viaduto** e, a tempo, teria

implementado as medidas necessárias para o desfecho exitoso da licitação, possibilitando reformá-lo antes do colapso.

É a síntese.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL ENSEJADORA DO DANO

Antes da análise individual das condutas do Peticionantes, necessário se faz destacar os equívocos na condução do Inquérito Policial e responsabilização de condutas na condução da presente Tomada de contas, o que, à toda evidência, indica ausência de justa causa a atrair os peticionantes à suposta responsabilidade civil pelo dano havido.

Cumpre destacar que os nomes dos Peticionantes só foram trazidos aos autos por meio da Informação nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG, em 21.07.2022 (peça 296) e diga-se, após, a responsabilização recair sobre o Governador do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Rollemberg, e do Diretor Geral do DER, Sr. Henrique Ludivice (Peça2).

Essa realidade relevante é observada no fato de que a representação foi recebida, em 16.02.2016 (peça 4), sendo que, na decisão nº 457/2018 (peça 8) o relator determina a citação do então Governador do Distrito Federal, do DER e da Novacap.

Na Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal (peça 20, p.8-9), o Procurador, na tentativa de delimitar o tempo de apuração das condutas que resultaram do dano experimentado, em 22 de fevereiro de 2018, assim afirmou:

Todos os gestores que estiveram à frente dos órgãos do DF, desde o ano de 2009, foram devidamente alertados, não só pelo Tribunal de Contas, mas por diversos outros órgãos, tal qual já delineado. E, mesmo assim, nada foi feito.

A ocorrência do dano, também, é fato incontroverso, a despeito de não se ter ainda sua completa dimensão, seja com relação a quantidade de recursos públicos que deverá ser empregada, seja no tocante aos sacrifícios pelos quais a população será submetida. Portanto, deve ser compensado, na medida em que integram o patrimônio estatal.

Assim, não há dúvidas de que incumbe ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal, julgar as medidas reparatórias do dano decorrentes de condutas praticadas por pessoas sujeitas à sua especializada jurisdição, além das decorrentes medidas sancionadoras.

O julgamento da conduta de todos aqueles que, dando causa a perda, extravio ou outra irregularidade, provoquem danos ao Estado é decorrência da competência atribuída pela Constituição aos Tribunais de Contas, sob efeito imediato do princípio republicano e de seu consectário, o princípio da responsabilidade; posto que não há República sem responsabilidade politicamente exigível e juridicamente controlável pelos cidadãos², que, nesse sentido, têm nos Tribunais de Contas instituições especialmente arquitetadas pela própria Constituição para, na cura da legalidade, eficiência e moralidade, dentre outras missões, concretizar a integral recomposição dos prejuízos causados à Administração e ao Estado³.

Desse modo, aqueles que administram a coisa pública devem responder por seus atos, sejam comissivos ou omissivos e por suas consequências⁴, na exata dimensão das sequelas resultantes.

Portanto, o Tribunal, dentro da sua missão fiscalizadora, deve examinar de forma acurada as questões postas nesta Representação,

de modo a apurar as responsabilidades dos gestores dos diversos entes/órgãos distritais pelo desabamento do viaduto da Galeria dos Estados, ocorrido em 6/2/2018. (Grifo nosso)

Em primeira análise, verifica-se a delimitação de responsabilidade nos presentes autos, está equivocada, isso porque, o marco inicial e final da responsabilização não representam os reais responsáveis, pelo menos, não à luz da representação formulada pelo Ministério Público, isso porque, a própria informação nº 20/2021 (peça 255, p.10), afirma que a falta de manutenção do viaduto é de longa data, nesse caso, entendemos que desde a sua construção, é o que se infere da análise processual, vejamos:

52. Quanto ao corte temporal – **25.06.2014 à 06.02.2018** – estabelecido para a definição de responsabilidades, **embora o problema de falta de manutenção da obra de arte venha de longa data**, entendeu-se que o processo licitatório para reforma do viaduto tornou-se elemento fundamental no contexto, **pois o “engavetamento” caracterizou omissão no dever de agir**. Por isso, adotou-se como marco inicial o dia da autuação do Processo GDF nº 112-002.415/2014. Por óbvio, para a data final foi definido o dia do desabamento.

Evidente, pois brota da própria assertiva acima, o suposto engavetamento de processo que versava sobre PROJETO DE EXECUÇÃO DE OBRA, contrato com esse objeto específico entre que não guardava qualquer relação com manutenção ou responsabilidade sobre o viaduto desmoronado, **não pode ser confundido como certeza de não licitação para obra, pois de competência do DER**, menos, ainda, como indicativo de contratação da execução, após licitação e, por isso, não pode ser confundido como instrumento vinculativo de

suposta responsabilidade por possível futura obra a ser contratada na forma do projeto específico projeto de execução de obra que, tão somente, indicou os parâmetros à uma possível licitação e/ou contratação.

Causa estranheza é que um suposto atraso na conclusão desse Processo que versava sobre o Projeto de Execução ter sido chamado como causa POSSÍVEL, se tivesse sido feita licitação e contratada e, por isso, entrando na cadeia causal da queda em suposto ato remoto comissivo por omissão.

NÃO SE DEVE OLVIDAR QUE A MANUTENÇÃO ADEQUADA, não confundida com necessidade de reparação objeto ou não de licitação pelo DER, DO VIADUTO ERA EXIGÍVEL DE QUEM POR ELE ERA RESPONSÁVEL, INDEPENDENTE DE EXISTÊNCIA DE PROJETO DE EXECUÇÃO, DE LICITAÇÃO E DE CONTRATAÇÃO PARA A EXECUÇÃO, QUE, TAMBÉM, ERAM DE COMPETÊNCIA DO DER

DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONSTUDAS IMPUTADAS AOS PETICIONANTES.

Da imputação posta contra o peticionante HERMES MATIAS DE PAULA a atraí-lo à matriz de responsabilidade ou à cadeia causal da queda viaduto:

“Conduta: Deixar de exercer, no período de 07.01.2015 a 04.05.2016, a supervisão das atividades a cargo da Diretoria de Obras Especiais e, depois, da Diretoria de Edificações, concorrendo para a morosidade dos procedimentos licitatórios iniciados no Processo GDF nº 112-

002.415/2014 para execução da obra de recuperação do viaduto da Galeria dos Estados e, por consequência, atuando decisivamente para que as obras não ocorressem a tempo de impedir o colapso do viaduto, **o que configura omissão culposa por negligência no desempenho das competências legais atribuídas ao Diretor-Presidente da Novacap**, consoante art. 27 do Estatuto Social da Novacap (2013) e art. 119 do Regimento Interno da Novacap (2012). (Grifo nosso)

Nexo de Causalidade: Caso o gestor tivesse sido diligente, coordenando e supervisionando com eficácia as unidades subordinadas, **teria percebido a mora da empresa na condução do processo licitatório para execução das obras no viaduto** e, a tempo, teria implementado as medidas necessárias para o desfecho exitoso da licitação, possibilitando reformá-lo antes do colapso.

Ou seja a acusação é de que no período do **07.01.2015 a 04.05.2016, quase dois anos da queda do viaduto, ocorrida em 22/02/2018, teria concorrido para a mora nos procedimentos licitatórios por deixar de supervisionar a atuação das** Diretoria de Obras Especiais e, depois, da Diretoria de Edificações.

De logo, para melhor compressão do equívoco acusacional verifica-se de que, em **07 de janeiro de 2015**, o 03 anos antes do desabamento, o Processo GDF nº 112-002.415/2014, já existia;

Logo, o Peticionante em nada concorreu para a sua Instauração, eis que a atração por ele ter ocupado a partir de em 07 de janeiro de 2015, cargo na NOVACAP, não podendo, POR ISSO, ser responsável por qualquer mora em seu andamento eis que já tramitava, há quase um ano, menos, ainda, por seu impulsionamento, mais ainda, porque era impulsionado por setores específico que, em nada, se confundiam com os Cargos que ocupou no período.

Em 04 de maio de 2016, **quase 01 (um) ano e dez meses antes da queda do viaduto**, o Acusado deixou a NOVACAP, ou seja, o Processo GDF nº 112-002.415/2014, continuava em trâmite e impulsionado pelos órgão competentes, mesmo até a queda do viaduto. Repetimos, dois anos depois da saída do Acusado da NOVACAP.

Na forma posta na matriz acusatória, primeiramente: asseverou que o acusado seria responsável pelo Processo de Licitação Processo GDF nº 112-002.415/2014.

Depois que, nesse Processo Licitatório, o mesmo, **desde 07 de janeiro de 2015**, segundo a matriz acusatória o Peticionante, 03 anos antes do desabamento, teria o dever de previsibilidade de sua queda e que, **ao sair em 04 de maio de 2016**, devia prever ou continuar prevendo a queda do mesmo, quase dois anos depois de sua saída, ao não concluir o processo licitatório, ou não impulsioná-lo ou acelerá-lo teria ou deveria ter, segundo a matriz acusatória, a previsibilidade de que, em razão de sua saída, os que o substituiriam, o DER, O Governo do Distrito Federal, nos dois anos subsequentes, os responsáveis pelo Processo, não impulsionariam o processo, não fariam licitação, não contratariam a obra e, **por isso, por “ter que ter tido, dois anos antes, essa previsibilidade” teria concorrido culposamente para o desabamento do viaduto quase dois anos depois de sua saída da NOVACAP** que, diga-se, não era responsável pelo processo de licitação e, menos ainda, pela Contratação.

Sem olvidar do fato que, independentemente de Licitação ou Contratação, a manutenção e o Cuidado do viaduto deveria ser mantido até a contratação se houvesse e, diga-se não houve, pelo órgão responsável o DER.

Ou seja, a absurdez da assertiva se encontra na exigibilidade de previsibilidade da hipótese de não realização da Licitação PELA NOVACAP. QUANDO OCUPAVA CARGO NA NOVACAP, até dois anos antes do desabamento, em um processo que era competência do DER.

Não só! Deveria também, segundo a matriz acusatória, além de ter previsto a queda do viaduto, também, teria que ter feito a previsão de que sairia da NOVACAP **dois anos**

antes do desabamento, devendo , por isso, ter garantido o acelerar do Processo Licitatório e de Contratação, pois, sem querer redundante, teria a previsibilidade da queda do viaduto 02 anos depois, realizando impulsionamento do Processo de Licitação e contratação que não eram de sua competência, pois em razão dos cargos que ocupou previu que estaria concorrendo para o evento desabamento , dois anos depois e, por isso, teria agido com culpa.

Uma conclusão, plenamente, insustentável, sob qualquer ponto de vista.

Ora, se dois anos antes da queda do Viaduto, ocasião em que o acusado HERMES MATIAS DE PAULA já tinha saído da NOVACAP, O PROJETO DE EXECUÇÃO ENTREGUE, NENHUMA LICITAÇÃO EFETIVADA, NENHUMA CONTRATAÇÃO DE OBRA FEITA, evidente que, como antes do Processo, como depois do processo, AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO VIADUTO DEVERIAM CONTINUAR OCORRENDO, mantendo a sua regular condição de uso e, certamente, pelo órgão responsável por isso o DER.

Sendo absurda a assertiva que o atraso na entrega de um processo de Projeto de Execução de Obra que gerou um Procedimento para Instauração de Processo Licitatório no âmbito do órgão Competente, necessariamente, não implicou, após a sua entrega , em Licitação ou Contratação de Obra A SER REALIZADA PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES, NÃO PELA NOVACAP e, por isso, aludirem que essa suposta omissão, dois anos antes da queda do viaduto, seria seria causa ou concausa a do desabamento do Viaduto .

Isso porque, olvidaram que a causa imediata seria a manutenção ausente ou inadequada do Viaduto pelo DER e a mediata a não realização da execução da obra, também, pelo DER, se tivesse sido licitada e contratada antes do desabamento.

Não podendo, em construção desconecta da realidade causal, por isso, fenomênica, ser tida como condição necessária e determinante ao desabamento do viaduto.

Essa vinculação, equivocadamente trazida, foi resultante de um equívoco induzimento efetivado no relatório de indiciamento, em suas considerações preliminares sobre Materialidade e Autoria (peça 296, p.777), a Autoridade Policial, firmou como marco inicial temporal, do suposto projeto de recuperação do viaduto da Galeria dos Estados.

Vejamos:

“Vale ainda esclarecer que o período fixado para análise dos fatos foi aquele compreendido entre janeiro/2012 (**data das primeiras notícias acerca da necessidade de avaliação das estruturas do viaduto**) e fevereiro/2018 (data que ocorreu a queda). No entanto, a efetiva responsabilidade **penal tem como termo inicial o momento de disponibilização do projeto de recuperação do viaduto da Galeria dos Estados (20/08/2014)**, tendo em vista que no período antecedente inexistem elementos que permitam concluir formalmente pela necessidade da obra. Logo, a responsabilidade penal teve por base o seguinte período: agosto/2014-fevereiro/2018.”

Ou seja, o Peticionante Hermes Matias de Paula, foi atraído a cadeia causal, porque o Projeto de Recuperação do Viaduto desabado ter redundou em procedimento para Instauração de Processo Licitação, diga-se o qual foi disponibilizado ao responsável pela manutenção e cuidado do viaduto há 04 anos do desabamento do viaduto : O DER a quem competiria dar os passos seguintes à realização ou não da licitação e /ou contratação da obra tida por necessária no Projeto de Recuperação entregue.

Ocultando essa realidade que passou despercebida à matriz de responsabilidade que atraiu o Sr. Hermes de Paula à cadeia causal de responsabilidade pela queda do viaduto, mesmo não ocupando cargo há dois anos da queda do viaduto, a autoridade policial o atraiu em razão do cargo que ocupava na estrutura do Governo que, também, distintamente dessa

conclusão , deveria ter afastado o Peticionante da suposta cadeia causal de responsabilidade, isso porque o Cargo que ocupada era na NOVACAP que não tinha qualquer responsabilidade pela manutenção e/ou contratação para execução de Obra de Recuperação do Viaduto, competência exclusiva do DER.

Essa realidade que afastaria a hipótese erguida no relatório policial é aferida no próprio relatório (peça 296 756-788), *locus* onde já existia indicação de que **O VIADUTO DESABADO estava sobe a jurisdição do DER** que seria o responsável pela manutenção do mesmo.

Nesse sentido o Relatório:

“Neste sentido, conforme se verifica do tópico anterior relativo às providências investigativas, cujos elementos já foram suficientemente detalhados, à época dos fatos o local estava sob a “jurisdição” do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, o que enseja, ao menos em tese, a conclusão de que referida autarquia **distrital seria a responsável pela manutenção do viaduto.**

Tal constatação se extrai do relatório de auditoria preliminar elaborado pelo próprio DER (fls.153/165), confirmado pelo memorando 071/2012-COPOT/SUPOTT/ST (fls.213v-Apenso), entre outros elementos dos autos (fls. 164 e 214/223 – Apenso e fls. 222/223).”

Essa assertiva que afasta, plenamente, o equívoco chamamento do Peticionante HERMES MATIAS DE PAULA à cadeia causal por ter a NOVACAP apresentado Projeto de Execução de Recuperação do Viaduto ao DER , 04 anos antes do desabamento do viaduto,

somado, ainda, à sua saída da NOVACAP, 02 anos antes do desabamento, foi no presente feito trazida pelo MPTCDF e o corpo técnico do TCDF, **os quais, de forma expressa, reconheceram a responsabilidade do DER pela conversação e reparação do viaduto situado a DF-002, Galeria dos Estados, conforme se verá.**

Na informação nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG (Peça 299, itens 38-40), o corpo técnico no TCDF afirmou que a responsabilidade legal pela conservação do viaduto é do DER, senão vejamos:

38. Como se vê, a obrigação legal de realizar as atividades de manutenção e conservação dos viadutos que integram o Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF é, de fato, do DER/DF.

39. Sobre o assunto, é oportuno lembrar que no Processo TCDF nº 5687/2011¹⁵, na fase de manifestação dos órgãos do GDF sobre o Relatório Preliminar de Auditoria, a então Secretaria de Transportes, órgão a que se vincula o DER/DF, reconheceu que o viaduto sobre o retorno da Galeria dos Estados, na DF/002, é de responsabilidade do DER/DF: [...]

40. Além disso, no mesmo processo, o DER/DF **informou que os serviços de manutenção do viaduto da DF/002 estavam prejudicados por insuficiência de recursos.**”

A mesma constatação foi feita pelo Ministério Público de Contas, no parecer nº 1044/2022 (peça 303, item 70), **afirmando que a obrigação legal de manutenção do viaduto era do DER**, senão vejamos:

70. No que diz respeito ao DER/DF, é certo que a legislação de regência atribui àquela Autarquia a responsabilidade pela manutenção, de maneira irrestrita, do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, no qual se inclui a DF-002 e o viaduto objeto destes autos (Grifo nosso)

Desapercebendo dessa realidade, **tanto a PCDF, quanto o TCDF**, sem lastro *probandi* algum, **olvidou dessa competência, dessa atribuição e responsabilidade originária DER**, para transferi-la à NOVACAP por meio de construção narrativa onde, por presunção, atrai alguns de seus dirigentes, retroagindo alguns anos antes do fato, à suposta responsabilidade pelo viaduto e, como corolário do equívoco, a um suposto dever de cuidado exclusivo do DER o transferindo para a NOVACAP.

Partindo dessa equívoca premissa, sem fundamento real ou legal e, por isso, idôneo, atraiu a NOVACAP e alguns de seus dirigentes, peticionantes inclusive, à cadeia causal de responsabilidade pelo desabamento do viaduto e repetimos:

“ tão somente, por supostamente, dois anos antes do acidente, teriam que ter tido a previsibilidade e o dever de agir a evitar o resultado: desabamento do viaduto do eixão pelo qual não tinham responsabilidade alguma”.

Nesse sentido o relatório de indiciamento (peça 296, p. 759-788):

“Todavia, embora tais premissas tenham grande valia para fixar responsabilidade civil/administrativa, a imputação penal demanda análise fática e não comporta responsabilização em decorrência exclusiva das normas e regimentos de estruturação estatal. **Vale dizer, o direito penal, como se sabe, demanda exame no caso concreto.**

No caso concreto, consoante demonstram os elementos de prova destacados em sequência, tem-se que, apesar da “jurisdição” do DER, a elaboração do projeto de recuperação do viaduto foi atribuída à NOVACAP, por meio do convênio NUTRA/PROJU nº 138/2011, o que por si só, não gera, necessariamente, a obrigação de execução da obra, enseja no mínimo a responsabilidade pelo início do procedimento, o que não se deu de forma adequada.

Ou seja, o Relatório conclui que A NOVACAP, logo seus Dirigentes, não possuiriam, necessariamente a responsabilidade pela execução da obra, mas, para atrair ou explicar a atração indevida à responsabilidade, afirma que, no mínimo pelo início do procedimento.

Qual Procedimento? Se não seriam responsáveis pela obra, mais ainda, quando a obra não foi executada, pois, como asseverado na própria assertiva do relatório, se iniciada a NOVACAP, não seria necessariamente responsável por ela.

Esse equívoco de vinculação dos peticionantes à cadeia de responsabilidade sobre próprio do DER, talvez tenha derivado de investigação promovida pela Coordenação de Repressão à Fraudes – CORF/PCDF, que nos relatórios finais dos IPS 081/2018-CORF e 082/2018-CORF (peça 296 - **fls. 466/479**), **pois ali, de forma equívoca e descontextualizada**, asseverou que não estaria mais no âmbito de responsabilidade do DER a obra de recuperação do viaduto da Galeria dos Estados.

Ganha relevo o fato de que tal conclusão **SE DEU POR DESCONHECIMENTO TÉCNICO, NA MEDIDA EM QUE FOI CONFUNDIDO O PROJETO DE EXECUÇÃO DE OBRA, ANTERIOR À CONTRATAÇÃO E DEFINIÇÃO DE ORÇAMENTO E, POR ISSO, DA PRÓPRIA OBRA, como assunção ao próprio do DER e, como consequência do equívoco, entendeu que A NOVACAP SERIA**

RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DE ORÇAMENTO, BEM COMO PELA LIBERAÇÃO FINANCEIRA E CONTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA, o que sob todos os pontos se revela ilegal E INEXISTENTE.

Nesse aspecto, o Ministério Público de Contas, afirma que, a execução de projeto não pode ser confundida com execução de obra (peça 303, item 71), senão vejamos:

71. Na linha do que a Unidade Instrutiva pondera, não considero razoável supor que a celebração do Convênio nº 138/2011 tenha o condão de alterar a competência legal para a execução das obras de viaduto construído na extensão de Rodovia distrital, especialmente ao considerar que aquele Ajuste tem como objeto apenas a elaboração de projetos, como se pode perceber do seguinte recorte extraído de cópia do Convênio anexada aos autos.”

A não pairar dúvidas sob a ilegalidade e impropriedade da assertiva disseminada, o fato de que a NOVACAP só poderia ser chamada à responsabilidade se **Celebrado Convênio Específico com dotação orçamentária e liberação financeira para que a mesma pudesse contratar e executar a obra, tudo isso, definido pelo Governo e pelo DER.**

Ou seja: A NOVACAP só teria responsabilidade pela execução de obra no viaduto “se fosse celebrado convênio específico com destinação e definição de verbas pública para tanto” a partir do titular do próprio, DER, se houvesse destinação de verbas, pelo Governo ou DER, em época próxima ou não tão remota ao desabamento do viaduto.

Soma-se, ainda, **(acaso fossem destinadas verbas públicas para tanto)”,** o fato de que outro órgão ou empresa, distinto do DER, só poderia assumir responsabilidade por obra ou manutenção do viaduto desabado, **mediante celebração de instrumento próprio de convênio, para, então, o conveniado, por meio de seus titulares, na qualidade de executantes legais agregassem O DEVER, A OBRIGAÇÃO DE AGIR PARA IMPEDIR O**

RESULTADO DERIVADO DA ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE, PELO CONVENIADO, **realidade que não existiu.**

Não podia, por isso, como concluído por essa Corte, afirmar ter existido **responsabilidade ou dever de agir de terceiros, distintos do titular do Bem, no caso o DER ou do Governo do Distrito Federal.**

Por isso, com a devida vênia, **soar absurdo** exigir dos peticionantes, sem vínculo algum com o bem ou com a definição de orçamento e liberação de verbas para execução de obra, **dois anos antes do fato, o dever de agir a evitar o resultado por suposta previsibilidade de hipótese de desabamento do viaduto.**

Ou seja: o peticionante, afastado do cargo, dois anos antes do desabamento, **sem qualquer responsabilidade ou dever de cuidado sobre o viaduto desabado; sem poder de definir ou disponibilizarem orçamento e/ou verbas para conservação ou reforma do mesmo**, foram trazidos à qualidade de corresponsáveis “culposamente”. Tal conclusão é, no mínimo, equívoca.

Senhor Relator, a seguir individualizaremos os fundamentos trazidos a justificar a atração de cada um dos requerentes à(s) conduta(s) em sua modalidade culposa, revelando, também, sob essa perspectiva, não existir responsabilidade civil/administrativa com devido nexo de causalidade.

Ante todo exposto, sob qualquer ponto de vista, não há qualquer exigibilidade de previsibilidade, dois anos antes de sua saída da NOVACAP, da não efetivação de Licitação ou contratação e, menos ainda, de desmoronamento do viaduto. Sendo a absolvição e arquivamento do feito por falta de nexo de causalidade objetivo ou subjetivo que o vincule à queda do viaduto.

Sobre o Requerente, **Antônio Raimundo dos Santos Coimbra**, o mesmo foi atraído à responsabilidade pelo acidente, por á época dos fatos, ter ocupado a função de pública de Secretário de Estado de Infraestrutura, de junho de 2016 a dezembro de 2018.

Em relação a **Antônio Raimundo dos Santos Coimbra**, eis a conduta e imputação por parte do TCDF:

Conduta: Deixar de coordenar, no período de 15.06.2016 a 06.02.2018, as ações realizadas no âmbito do Convênio nº138/2011 (em que a Secretaria foi interveniente na condição de órgão responsável pelo planejamento, coordenação e execução do plano de obras no âmbito do Distrito Federal) para reforma do viaduto sobre a Galeria dos Estados, em especial no tocante aos procedimentos licitatórios e demais tratativas para a execução das obras correspondentes; bem como deixar de exercer a supervisão da entidade vinculada, Novacap, atuando decisivamente para que a reforma não ocorresse a tempo de impedir o colapso do viaduto, **o que configura omissão culposa por negligência no desempenho das competências legais atribuídas ao Secretário de Estado de Obras**, consoante art.24, incisos I, IX e XII do Regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 23.719/2003.(Grifo nosso)

Nexo de causalidade: Caso o gestor tivesse sido diligente na coordenação da reforma do viaduto sobre a Galeria dos Estados, no âmbito do Convênio nº138/2011 - tanto na fase de elaboração dos projetos quanto na fase de licitação para execução das obras -, teria possibilitado identificar e transpor eventuais obstáculos no curso dos procedimentos, de modo que a restauração do viaduto ocorresse em momento adequado, evitando o colapso.

Veja, verifica-se que o objeto do Convênio nº 138/2011 (peça 296, p. 209-212 minuta incompleta), foi assinado antes da nomeação do Peticionante, que se deu, tão somente, em 15 de junho de 2016, e **tinha por objeto a elaboração de projeto de recuperação de obras públicas, dentre as quais, o viaduto da Galeria dos Estados estaria incluído, NÃO SE PODE CONFUNDIR, COMO FEZ A AUTORIDADE POLICIAL, O MPTCDF e a unidade técnica, CONVÊNIO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, COM CONVÊNIO OU CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA NECESSÁRIA, IDENTIFICADA PELO PROJETO, SENDO O PROJETO MEDIDA PRELIMINAR A POSSÍVEL DISPONIBILIZAÇÃO ORÇAMETÁRIA E POSSÍVEL LIBERAÇÃO FINANCEIRA PARA CONTRATAÇÃO DA EXECUÇÃO.**

Logo, o convênio aludido versava, tão somente, sobre a elaboração de projetos de execução de obras EM VIADUTOS DO DISTRITO FEDERAL, VIADUTO DESABADO INCLUSIVE, não exclusivo e não execução de obra em si. Mesmo porque, em relação ao viaduto na DF 002 – Galeria dos Estados era responsabilidade do DER a manutenção e a definição orçamentária e financeira a possíveis realizações de obra e contratações de executores.

Este convênio tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre os partícipes, visando à alocação de recursos pela TERRACAP, para a NOVACAP, objetivando a elaboração de projeto de execução e recuperação de pontes e viadutos no Distrito Federal nos locais descritos a seguir, conforme **ANEXOS III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO; IV – PLANO DE APLICAÇÃO e V – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**, fazendo parte integrante deste convênio, estando, inclusive, descritos também no Plano de Trabalho, constantes do **Processo nº 111.001.973/2011**, os quais passam a fazer parte deste instrumento, independente de transcrições:

1) • VS – Projeto de recuperação

Na sequência lógica desse raciocínio, a minuta do Convênio que nos presentes autos encontra-se incompleta, foi assinada pela Diretoria Colegiada da Novacap, **no ano de**

2011, ou seja: nenhum dos peticionantes nos presentes autos participou da assinatura do contrato original, mas tiveram suas responsabilidades atraídas em decorrência do objeto do Referido convênio.

Há que se ressaltar ainda, considerando a data da assinatura do Convênio, não houve a responsabilização da gestão de 2011, ou seja, apenas os sucessores, a partir do ano de 2012, foram responsabilizados.

Em relação ao nexo de causalidade entre a conduta do peticionante e o resultado, o MPTCDF (peça 303, itens 75-77) assim assevera:

75. No que diz respeito à responsabilidade da Secretaria e Obras pelos fatos ora apurados, o Corpo Instrutivo ressalta que a atuação da Pasta na condição de interveniente no Convênio nº 138/2011 atrairia a responsabilidade pelas falhas que resultaram no desabamento.

76. Contudo, cabe notar que o objeto daquele Ajuste foi tão somente a contratação dos projetos para a recuperação do viaduto, o que foi efetivamente entregue anos antes do desabamento.

77. Também vale mencionar que a gestão dos Srs. David José de Matos e Júlio Cesar Peres, este último autor dos memoriais de peças 269 e 285, se encerrou em 15/06/2016, de modo que a responsabilização depende de demonstrar a forma como cada um deles poderia ter atuado para evitar o desabamento, ocorrido anos depois.

Veja, o MPTCDF concorda que o objeto do Convênio versava tão somente sobre projetos de recuperação de viaduto, que foi efetivamente entregue, ou seja: aquele objeto contratual foi devidamente entregue, não restando ao Peticionante qualquer responsabilidade, tendo em vista, que nos presentes autos, o objeto fiscalizado não é aquele Convênio.

Ora, se o MPTCDF reconhece a entrega do objeto do Convênio que vincularia o Peticionante à responsabilidade civil/administrativa, que foi efetivamente entregue, não sendo objeto de fiscalização por esse Tribunal de Contas, o questionamento válido é como o

Peticionante teria sido responsável por deixar de coordenar ações de convênio cujo objeto foi cumprido?

Além disso, outra justificativa para atração de responsabilidade foi o fato de que o Peticionante, **teria tido conhecimento da necessidade de obra no viaduto, dois anos antes do Desabamento em reuniões que trataram do tema.**

Ou seja, **saber da necessidade de Reparo do Viaduto, dois anos antes do desabamento**, mesmo sem ser garante do mesmo, não ao atrai à responsabilidade de manutenção contínua do DER causa primária do desabamentos e, menos ainda, a hipotética causa, porque inexistente, de obra que deveria ter sido licitada e contratada.

Nesse sentido o Relatório Policial (peça 296):

“compreendido entre junho/2014 e dezembro/2016, tem-se que foi citado nas declarações de **MÁRCIO AUGUSTO ROMA BUZAR 9fls.498**), como participante das reuniões com a NOVACAP, porém sem menção a qualquer tratativa a respeito da obra do viaduto. No entanto, o próprio **ANTÔNIO RAIMUNDO SANTOS RIBEIRO COIMBRA** confirmou também ter participado de reuniões que tratavam do tema, inclusive apresentações de PowerPoint, o que corrobora com as declarações prestadas por **LUIZ ROGÉRIO PINTO GONÇALVES (fls.499)** e **RONALDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (fls.500/501)**.

[...]

Desta forma, entende-se que **ANTÔNIO RAIMUNDO SANTOS RIBEIRO COIMBRA** **teve efetivo conhecimento dos fatos.**”

Evidente, sob qualquer ponto de vista, não poderia a assertiva acima funcionar como argumento à atração de responsabilidade civil, por, supostamente, saber da necessidade de reparo do bem, que a bem da verdade, é de conhecimento de qualquer brasileiro e saber dessa realidade, não o torna responsável pela manutenção do mesmo, causa efetiva do evento queda e, menos, ainda, de uma obra que sequer foi licitada que seria de competência exclusiva do DER..

E, repetindo, desculpe o tautologismo, a manutenção do viaduto, desde sempre, foi e é competência exclusiva do DER e não se olvida que, no fim e ao cabo, foi a ausência de manutenção que teria sido a causa do evento, porque inexistente contrato ou execução de obra no viaduto.

Não existindo, pois, nem hipoteticamente, qualquer vínculo objetivo, subjetivo, temporal ou de competência que possa atrair o acusado à cadeia causal da ausência de manutenção que seria a causa da queda do viaduto, logo a absolvição por ausência de vínculo de responsabilidade é a medida que se espera. queda

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer sejam consideradas as razões acima expostas, para declarar a ausência responsabilidade civil/administrativa dos peticionantes, eis que não possuíam nenhuma relação funcional, direta ou indireta pela manutenção ou dever de cuidado com o bem viaduto desabado, não portando qualquer atributo de garante do mesmo. pois como exaustivamente demonstrado era próprio do DER, inexistindo por isso, qualquer nexo de causalidade objetivo ou subjetivo que os atraia ao evento imputado, sendo a absolvição dos mesmos e o arquivamento do feito a melhor e justa medida.



Brasília, 04 de março de 2023

JOSÉ CARLOS DE MATOS

OAB-DF 10.446

GISLENE RODRIGUES DE MACEDO

OAB/DF 32.527